

## LÍNGUA PORTUGUESA

<ol> <li>Interpretação de textos</li></ol>	nciais
Significação contextual de palavras e expressões	16
Variedades de texto e adequação de linguagem      Equivalência e transformação de estruturas	33
7. Discurso direto e indireto	54
9. Emprego de tempos e modos verbais	68
11. Estrutura e formação de palavras	90
13. Flexão nominal e verbal	135
15. Concordância nominal e verbal	151
17. Ocorrência de crase	177
MATEMÁTICA FINANCEIRA / ESTATÍSTICA	
1. Juros simples. Montante e juros. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Ca equivalentes. 2. Juros compostos. Montante e juros. Taxa real e taxa efetiva. equivalentes. Capitais equivalentes. Capitalização contínua	Taxas114 Fluxo1958 , qui94 luindo148153
DIREITO CIVIL	
A Lei: vigência no tempo e no espaço.      Das pessoas. Pessoas naturais e jurídicas. Domicílio civil	13 46 56 81 89 coisas 89



Fontes das obrigações
10. Contratos, atos unilaterais e responsabilidade civil
11. Responsabilidade contratual e extracontratual
12. Teoria Geral dos contratos
Contratos em espécie
Relações de consumo (Lei federal nº 8.078/1990 e alterações)293
13. Direito das Sucessões. Sucessão em geral
Sucessão legítima
Sucessão testamentária332
14. Regimes de bens entre cônjuges <b>347</b>
Inventário e partilha
DIREITO CONSTITUCIONAL
DINETTO CONSTITUCIONAL
1. Constituição. 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações. 1.2 Supremacia da
Constituição
1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.4 Interpretação das normas constitucionais.
1.4.1 Métodos, princípios e limites8
2. Poder constituinte. 2.1 Características. 2.2 Poder constituinte originário. 2.3 Poder
constituinte derivado20
3. Princípios fundamentais27
4. Direitos e garantias fundamentais. 4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 4.2
Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data, ação popular e
ação civil pública. 4.3 Direitos sociais. 4.4 Nacionalidade. 4.5 Direitos políticos. 4.6 Partidos
políticos
5. Organização do Estado. 5.1 Organização político-administrativa. 5.2 Estado federal
brasileiro. 5.3 A União. 5.4 Estados federados. 5.5 Municípios. 5.6 O Distrito Federal. 5.7
Territórios 5.8 Intervenção federal. 5.9 Intervenção dos estados nos municípios90
6. Administração pública. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Servidores públicos. 6.3 Militares dos
estados, do Distrito Federal e dos territórios119
7. Organização dos poderes no Estado. 7.1 Separação de poderes. Mecanismos de freios e
contrapesos. 7.2 Poder legislativo. 7.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições. 7.2.2
Comissões parlamentares de inquérito. 7.2.3 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
7.2.4 Tribunal de Contas da União (TCU). 7.2.5 Processo legislativo. 7.2.6 Prerrogativas
parlamentares136
7.3 Poder executivo. 7.3.1 Presidente da República. 7.3.1.1 Atribuições, prerrogativas e
responsabilidades. 7.3.2 Ministros de Estado
7.4 Poder judiciário. 7.4.1 Disposições gerais. 7.4.2 Órgãos do poder judiciário. 7.4.2.1
Organização e competências. 7.4.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ)188
8. Funções essenciais à justiça. 8.1 Ministério Público. 8.1.1 Princípios, garantias, vedações,
organização e competências. 8.2 Advocacia pública. 8.3 Advocacia e Defensoria Pública. 213
9. Controle da constitucionalidade. 9.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro. 9.2 Controle
incidental ou concreto. 9.3 Controle abstrato de constitucionalidade. 9.4 Exame in abstractu da
constitucionalidade de proposições legislativas. 9.5 Ação declaratória de constitucionalidade.
9.6 Ação direta de inconstitucionalidade. 9.7 Arguição de descumprimento de preceito
fundamental. 9.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 9.9 Ação direta de
inconstitucionalidade interventiva. 9.10 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do
direito municipal. 9.11 Súmula vinculante. 9.12. Repercussão geral228
10. Defesa do Estado e das instituições democráticas
11. Sistema tributário nacional. 11.1 Princípios gerais. 11.2 Limitações do poder de tributar.
11.3 Impostos da União, dos Estados e dos municípios. 11.4 Repartição das receitas tributárias.
12. Finanças públicas. 12.1 Normas gerais. 12.2 Orçamentos





## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

1. Sistema Tributário Nacional: previsão constitucional; atribuição e competência tributária,
princípios constitucionais tributários, limitações ao poder de tributar. 2. Matérias reservadas à
previsão por lei complementar. 3. Receitas Públicas. 4. Tributos de competência da União. 5.
Tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal. 6. Tributos de competência dos
Municípios1
7. Os impostos em espécie12
8. Repartição das receitas tributárias: receita da União aos Estados, ao Distrito Federal e
aos Municípios. Receitas dos Estados distribuídas aos Municípios14
9. Tratados e convenções internacionais.10. Legislação tributária: lei complementar, lei
ordinária, lei delegada; decretos legislativos, resoluções do Senado Federal; atos normativos
de autoridades administrativas: decretos e despachos normativos do executivo, resoluções
administrativas, portarias, decisões administrativas19
11. Métodos de interpretação. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação
tributária. Interpretações sistemática, teleológica e outras
12. As normas do Código Tributário Nacional
13. Tributo: definição e espécies. Impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos
compulsórios, contribuições especiais
15. Aspecto objetivo: fato gerador, hipótese de incidência tributária: incidência e não
incidência, isenção, imunidade, domicílio tributário
16. Aspecto subjetivo: competência tributária, sujeito ativo
17. Capacidade tributária; sujeito passivo: contribuinte e responsável; responsabilidade
solidária, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações; substituição
tributária
18. Elemento valorativo: base de cálculo, alíquota
19. Crédito tributário: lançamento: efeitos e modalidades. Suspensão, extinção e exclusão
do crédito tributário74
20. Função socioeconômica dos tributos97
21. Sonegação Fiscal98
22. Importância dos documentos fiscais99
23. Administração tributária: fiscalização, regulamentação, competência, limites,
procedimentos
24. Dívida ativa: certidão negativa. Repetição de indébito
25. Informações e sigilo fiscal111
26. Lei Complementar 116/2003 e alterações
27. Decreto-Lei 406/68 e alterações
28. Simples Nacional (Lei Complementar nº 123/2006 e alterações)135

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. Objeto do direito administrativo. 1.1 Fontes do direito administrativo.	1.2.	Conceito. 2.
Regime jurídico administrativo. 2.1. Princípios do direito administrativo		1
2.2 Princípios da Administração pública		13
3 Organização administrativa 3.1 Conceito do Administração pública		

3. Organização administrativa. 3.1 Conceito de Administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material. 3.2. Descentralização. Desconcentração. 3.3 Órgão público: conceito e classificação. 3.4 Administração direta e indireta. 3.5 Autarquias. Autarquias especiais. Agências Executivas e Agências reguladoras. 3.6 Fundações públicas. 3.7 Empresas públicas. 3.8 Sociedades de economia mista. 3.9 Entidades paraestatais. ...............23



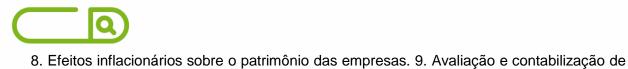


4. Agentes e servidores públicos. 4.1 Cargos, empregos e funções públicas. Regi	ime
constitucional e legal. 4.2 Formas de provimento. Direitos, deveres e responsabilida	ade.
Infrações e sanções administrativas	53
4.3 Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. 4.4 Avocação	о е
delegação de competência. 4.5 Ausência de competência: agente de fato. 4.6 Administra	
direta e indireta.	-
5. Atos administrativos. 5.1 Conceitos, requisitos, elementos, atributos, pressuposto	
classificação. 5.2 Atos administrativos em espécie. 5.3 Parecer: responsabilidade do emis	
do parecer. 5.4 Fatos da administração pública: atos da Administração pública e fa	
administrativos. 5.5 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 5.6	
silêncio no direito administrativo. 5.7 Atos administrativos simples, complexos e compostos.	
Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 5.9 Atos administrativos gerai	
individuais. 5.10 Atos administrativos vinculados e discricionários. 5.11 Mérito do	ato
administrativo, discricionariedade. 5.12 Ato administrativo inexistente. 5.13 Teoria	das
nulidades no direito administrativo. 5.14 Atos administrativos nulos e anuláveis. 5.15 Vícios	s do
ato administrativo. 5.16 Teoria dos motivos determinantes. 5.17 Cassação, revogaç	ção,
anulação e convalidação do ato administrativo	
6. Poderes da Administração pública. 6.1 Hierarquia; poder hierárquico. 6.2 Poder normat	
Poder regulamentar. Regulação. 6.3 Poder disciplinar. 6.4 Poder de polícia. 6.5 Polícia judicia	ária
e polícia administrativa. 6.6 Liberdades públicas e poder de polícia. 6.7 Principais setores	de
atuação da polícia administrativa. 6.8 Limites e atributos do poder de polícia	98
7. Serviços públicos. 7.1 Princípios e Conceito de serviço público. 7.2 Característi	
jurídicas, titularidade. 7.3 Classificação e garantias. 7.4 Usuário do serviço público.	8.5
Delegação. 8.6 Concessão, permissão, autorização e delegação. Características e regi	
jurídico. 8.7 Extinção da concessão de serviço público e reversão dos bens	
9. Convênios. 9.1 Consórcios administrativos e Consórcios públicos	
10. Intervenção no 10 domínio econômico. Formas de atuação. Fomento	
11. Licitações. 11.1 Conceito, finalidades, princípios e objeto. 11.2 Obrigatorieda	
dispensa, inexigibilidade e vedação. 11.3 Tipos e Modalidades. 11.4 Procedimento, revoga	
e anulação. 11.5 Sanções penais. 11.6 Normas gerais de licitação. 11.7 Legislação pertinei	
Lei nº 8.666/1993 e alterações	126
Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão	205
Instrução Normativa do STN nº 1/1997 e suas alterações	214
11.8 Sistema de registro de preços.	
11.9 Regime Diferenciado de Contratações. Lei nº 12.462/2011.	243
12. Contratos administrativos. 12.1 Conceito, peculiaridades e interpretação. 1	
Formalização. 12.3 Execução, inexecução, revisão e rescisão. 12.4 Convênios e consóro	
administrativos.	
13. Formas de Parcerias com a iniciativa privada. Parcerias público-privadas. Lei	
11.079/2004 e alterações.	269
14. Controle da Ádministração pública. 14.1 Conceito, tipos e formas de controle. 1	
Controles interno e externo. 14.3 Controle parlamentar. 14.4 Controle pelos Tribunais	
Contas. 14.5 Controle administrativo. 14.6 Sistemas de controle jurisdicional da administrativo.	
pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una. 14.7 Controle jurisdicional	
Administração pública no direito brasileiro. 14.8 Controle da atividade financeira do Esta	
espécies e sistemas. 14.9 Tribunal de Contas da União (TCU) e suas atribuiçõe	
entendimentos com caráter normativo exarados pelo TCU.	
14.10 Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. 14.11 Prescri	
administrativa. 14.12 Representação e reclamação administrativas. Reclamação	
14.13 Mandado de Segurança individual. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popu	
Ação Civil Pública. Habeas Data.	
15. Improbidade administrativa. Lei nº 8.429/1992 e alterações.	
16 Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000	<b>3</b> 16





17. Bens públicos. 17.1 Classificação e caracteres jurídicos. 17.2 Natureza jurídica do domínio público. 17.3 Vias públicas, cemitérios públicos e portos. 17.4. Aquisição e alienação 17.5 Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso, ocupação aforamento, concessão de domínio pleno. 17.6 Intervenção do Estado na propriedade privada 17.7 Limitações administrativas. 17.8 Zoneamento. 17.9 Polícia edilícia. 17.10 Tombamento 17.11 Servidões administrativas. 17.12 Requisição da propriedade privada. 17.13 Ocupação temporária. 17.14 Desapropriação. 342  18 Responsabilidade extracontratual do Estado. 18.1 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos. 18.2 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. 363  19. Lei nº 9.801/1999. 371  Lei Complementar nº 131/2009. 372  Lei nº 12.527/2011. 373  Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – Capítulo V). 393
INFORMÁTICA
Conceitos de informática, dispositivos de entrada, saída e armazenamento de dados
CONTABILIDADE GERAL  1. Princípios de contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC -
por meio da Resolução 2016/NBCTSPEC



itens patrimoniais e de resultado de investimentos societários no país	107
10. Destinação de resultado	119
11. Custos para avaliação de estoques	
12. Custos para tomada de decisões. 13. Sistemas de custos e informações gerenciais.	
Estudo da relação custo versus volume versus lucro	
15. Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelos princípios	
contabilidade.15.1 Balanço patrimonial. 15.2 Demonstração do resultado do exercício. 1	
Demonstração do Resultado Abrangente 15.4 Demonstração das Mutações do Patrimô	
Líquido; 15.5 Demonstração do fluxo de caixa (métodos direto e indireto). 15.6 Demonstra	
do valor adicionado. 15.7 Notas Explicativas as demonstrações contábeis	
16. Regime de competência e regime de caixa	170
17. Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC's) emitidas pelo Conselho Federal	
Contabilidade (CFC)	1/4
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	
LLUIULAUAU IIIIUUIAIIIA WUMUUI AL	
1. Código Tributário Municipal / Lei n.1466/73	
Código Tributário Municipal / Lei n.1466/73      Código Tributário Municipal / Alteração Lei Complementar n.59/03	. 32
Código Tributário Municipal / Lei n.1466/73	<b>.32</b> Lei
Código Tributário Municipal / Lei n.1466/73.      Código Tributário Municipal / Alteração Lei Complementar n.59/03.      Apuração Lançamento e Arrecadação ISSQN Cartórios, Registradores e similares / Complementar nº 126/08.	.32 Lei .81
Código Tributário Municipal / Lei n.1466/73.      Código Tributário Municipal / Alteração Lei Complementar n.59/03.      Apuração Lançamento e Arrecadação ISSQN Cartórios, Registradores e similares / Complementar nº 126/08.      Regime Tributário Diferenciado EPP, ME e MEI / Lei Complementar n.142/09	.32 Lei .81 .83
Código Tributário Municipal / Lei n.1466/73.      Código Tributário Municipal / Alteração Lei Complementar n.59/03.      Apuração Lançamento e Arrecadação ISSQN Cartórios, Registradores e similares / Complementar nº 126/08.      Regime Tributário Diferenciado EPP, ME e MEI / Lei Complementar n.142/09.      Lei de incentivo-PRODES / Lei Complementar n.29/99.	.32 Lei .81 .83
1. Código Tributário Municipal / Lei n.1466/73.  2. Código Tributário Municipal / Alteração Lei Complementar n.59/03.  3. Apuração Lançamento e Arrecadação ISSQN Cartórios, Registradores e similares / Complementar nº 126/08.  4. Regime Tributário Diferenciado EPP, ME e MEI / Lei Complementar n.142/09.  5. Lei de incentivo-PRODES / Lei Complementar n.29/99.  6. ITBI / Lei n. 2.592/89.	.32 Lei .81 .83 .96
1. Código Tributário Municipal / Lei n.1466/73.  2. Código Tributário Municipal / Alteração Lei Complementar n.59/03.  3. Apuração Lançamento e Arrecadação ISSQN Cartórios, Registradores e similares / Complementar nº 126/08.  4. Regime Tributário Diferenciado EPP, ME e MEI / Lei Complementar n.142/09.  5. Lei de incentivo-PRODES / Lei Complementar n.29/99.  6. ITBI / Lei n. 2.592/89.  7.Código Administrativo de processo fiscal / Lei Complementar n.02/92	.32 Lei .81 .83 .96 .99
1. Código Tributário Municipal / Lei n.1466/73.  2. Código Tributário Municipal / Alteração Lei Complementar n.59/03.  3. Apuração Lançamento e Arrecadação ISSQN Cartórios, Registradores e similares / Complementar nº 126/08.  4. Regime Tributário Diferenciado EPP, ME e MEI / Lei Complementar n.142/09.  5. Lei de incentivo-PRODES / Lei Complementar n.29/99.  6. ITBI / Lei n. 2.592/89.  7.Código Administrativo de processo fiscal / Lei Complementar n.02/92.  8. Estatuto do Servidor / Lei Complementar n.190/11.	.32 Lei .81 .83 .96 .99
1. Código Tributário Municipal / Lei n.1466/73.  2. Código Tributário Municipal / Alteração Lei Complementar n.59/03.  3. Apuração Lançamento e Arrecadação ISSQN Cartórios, Registradores e similares / Complementar nº 126/08.  4. Regime Tributário Diferenciado EPP, ME e MEI / Lei Complementar n.142/09.  5. Lei de incentivo-PRODES / Lei Complementar n.29/99.  6. ITBI / Lei n. 2.592/89.  7.Código Administrativo de processo fiscal / Lei Complementar n.02/92.  8. Estatuto do Servidor / Lei Complementar n.190/11.	.32 Lei .81 .83 .96 .99 104 115
1. Código Tributário Municipal / Lei n.1466/73.  2. Código Tributário Municipal / Alteração Lei Complementar n.59/03.  3. Apuração Lançamento e Arrecadação ISSQN Cartórios, Registradores e similares / Complementar nº 126/08.  4. Regime Tributário Diferenciado EPP, ME e MEI / Lei Complementar n.142/09.  5. Lei de incentivo-PRODES / Lei Complementar n.29/99.  6. ITBI / Lei n. 2.592/89.  7.Código Administrativo de processo fiscal / Lei Complementar n.02/92.  8. Estatuto do Servidor / Lei Complementar n.190/11.  9. Código de Polícia Administrativa /Lei n.2.909/92.  10.Lei Federal de aplicação local: a. Mei: Lei Complementar 128/2008 b. Simples Nacional de complementar n.190/10.	.32 Lei .81 .83 .96 .99 104 115 170
1. Código Tributário Municipal / Lei n.1466/73.  2. Código Tributário Municipal / Alteração Lei Complementar n.59/03.  3. Apuração Lançamento e Arrecadação ISSQN Cartórios, Registradores e similares / Complementar nº 126/08.  4. Regime Tributário Diferenciado EPP, ME e MEI / Lei Complementar n.142/09.  5. Lei de incentivo-PRODES / Lei Complementar n.29/99.  6. ITBI / Lei n. 2.592/89.  7.Código Administrativo de processo fiscal / Lei Complementar n.02/92.  8. Estatuto do Servidor / Lei Complementar n.190/11.  9. Código de Polícia Administrativa /Lei n.2.909/92.  10.Lei Federal de aplicação local: a. Mei: Lei Complementar 128/2008 b. Simples Nacion Lei Complementar 123/2006.	.32 Lei .81 .83 .96 .99 104 115 170 nal:
1. Código Tributário Municipal / Lei n.1466/73.  2. Código Tributário Municipal / Alteração Lei Complementar n.59/03.  3. Apuração Lançamento e Arrecadação ISSQN Cartórios, Registradores e similares / Complementar nº 126/08.  4. Regime Tributário Diferenciado EPP, ME e MEI / Lei Complementar n.142/09.  5. Lei de incentivo-PRODES / Lei Complementar n.29/99.  6. ITBI / Lei n. 2.592/89.  7.Código Administrativo de processo fiscal / Lei Complementar n.02/92.  8. Estatuto do Servidor / Lei Complementar n.190/11.  9. Código de Polícia Administrativa /Lei n.2.909/92.  10.Lei Federal de aplicação local: a. Mei: Lei Complementar 128/2008 b. Simples Nacional de complementar n.190/10.	.32 Lei .81 .83 .96 .99 104 115 170 nal: 209

